



Brasil na encruzilhada da integração internacional

Benício Schmidt*

A recente depreciação do real já aponta para relativos ganhos na balança comercial brasileira e aponta para sinais de retomada da atividade econômica mais intensa em alguns setores de industrialização tradicional, produzindo bens exportáveis (calçados, por exemplo). Pouco significa, no entanto, frente a outras faces da macroeconomia nacional, dados, principalmente, o crescimento da inflação e do desemprego.

Atravessamos uma rara conjuntura de crise sistêmica, com a combinação de instabilidade política e econômica. O próprio sistema decisório vem sendo afetado pela cotidiana disputa de recursos institucionais visando a salvaguarda de quadros político-partidários diante das massivas operações do Ministério Público, na Procuradoria Geral da República e da Polícia Federal. Embora o presidencialismo brasileiro seja um raro caso de “sistema imperial”, fora dos marcos de uma monarquia, parte da crise vem da impossibilidade de gestão da conjuntura por parte do Poder Executivo. Está havendo, claramente, uma onda crescente de “judicialização da política” e de preenchimento de vazios decisórios por parte da burocracia estatal. Não mais que de repente, o sistema político-representativo nascido de eleições regulares e seguindo padrões de normalidade institucional, desde a redemocratização (1985), parece perder parte de suas funções deliberativas, confunde-se o quadro partidário e os atores esvaziam-se diante do requerimento de identidade política e programática. Todos representantes parlamentares parecem desfalecidos, confusos, sem poder. Todos parecem iguais.

Na verdade, isso não ocorre completamente. Transgredindo legislação constitucional e infraconstitucional, nos moldes tradicionais da tradição jurídica brasileira, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário vão se enfrentando e tornando o quadro ainda mais confuso, com recursos geralmente dirigidos ao Judiciário para solução de impasses nascidos de disputas no Legislativo. Isso gera ainda mais instabilidades, de várias naturezas, entre os atores políticos, econômicos, grupos de pressão e movimentos sociais.

Essas circunstâncias são verdadeiras barreiras às possibilidades de sucesso de medidas adequadas no plano econômico; como é o caso do incentivo às exportações provocado pela depreciação do real e de outras medidas visando a eliminação dos excessos burocráticos nos fluxos de comércio. Os empresários continuam desconfiando da validade permanente de certas medidas tomadas corretamente, exatamente devido às incertezas políticas e não necessariamente ao mérito das decisões de políticas econômicas.

Além das óbvias fissuras no processo decisório e na confusão partidária, a atual conjuntura sublinha outras dimensões de gerência de políticas estratégicas que estão ausentes no cenário. As dificuldades que atravessam o Brasil são localizadas, mas muitas delas seriam de menor efeito se o país estivesse mais integrado nos circuitos comerciais e produtivos internacionais. Diz-se que o fenômeno da *desindustrialização* – tendo como referência os modos clássicos de produção – torna-se hoje uma característica mundial, atingindo quase todos os sistemas econômicos. As economias convencionais, independentemente do grau de complexidade, mesmo as emergentes, vão se transformando em *Economias de Serviços*. Portanto, não haveria razões para tomar uma relativamente baixa participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) de cada país como indicador de decadência ou mesmo de fracasso definitivo.

Isso ocorre, já há algum tempo, na Coreia do Sul, por exemplo. Um país produtor de bens e serviços agregados à alta tecnologia disponível, tem se concentrado nos serviços, aí incluindo a produção de bens baseados nos métodos e processos da Sociedade do Conhecimento; deslocando para outros países asiáticos, principalmente, o **hardware**.

Em uma rápida comparação entre Coreia do Sul e Brasil, nas atuais circunstâncias que marcam a passagem de ambos para uma **Economia de Serviços**, a diferença é que os coreanos entram, nesta fase como portadores de alta tecnologia (linha branca, aeronáutica, robótica, etc), esgotando uma fase inaugurada depois da década de 1950 com apoio estratégico dos Estados Unidos sob um contexto de guerra localizada com a Coreia do Norte, enquanto o Brasil apresenta características distintas, marcando sua entrada na “nova sociedade produtiva”, sem ter passado pela fase anterior com a intensidade dos coreanos. Nossa integração ao contexto internacional está condicionada pelas características da formação econômica-social anterior. Assim, entramos no novo cenário com mão-de-obra de baixa qualificação técnica, baixa capacidade gerencial em quase todos subsistemas da sociedade nacional, baixa integração ao sistema comercial mundial, baixos níveis de absorção de inovações, e assim por diante.



Enquanto sofremos as mazelas de um sistema político em flagrante nível de deterioração da representação dos interesses gerais, assim como fomos embalados por ondas de populismo econômico-social, como afirmariam os dirigentes da Revolução Soviética, sempre atentos às distinções entre Socialismo e Populismo, não nos integramos a processos marcantes da nova etapa civilizatória.

Na verdade este novo contexto é de difícil percepção e não deve confundir *globalização* com *integração igualitária*. A verdadeira mundialização veio para ficar. Uma prova empírica dessa contingência é que as redes de agregação de interesses nacionais está – cada vez mais – dependente de organizações internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, hoje dirigida por um diplomata brasileiro, por curiosidade. A existência dos Estados Nacionais, na atual etapa histórica, não implica que as políticas de integração internacional sejam resultado do conjunto do exercício das respectivas soberanias nacionais. Os Estados passam a ser, cada vez mais frequentemente, chanceladores da Nova Ordem Mundial, internalizando acordos e pactos originados dos fóruns internacionais ou de pressões cruzadas por empresa multinacionais de alta complexidade.

No campo da crescente integração internacional, mais pelo aspecto de mútua dependência do que pelo caráter pretensamente “pacífico” das relações entre Estados Nações, cabe a avaliação do comportamento da China, como segunda potencia global, situação obtida em menos de cinquenta anos, sendo um caso único na história vivida pela Humanidade, até agora !

A partir das últimas três décadas do século 20, e nestes próximos trinta anos do século 21, a China deve tornar-se a primeira economia mundial, com o notável fato – entre outros- de ter já constituído um quinto do mercado consumidor mundial. Os impactos das mudanças chinesas tem uma face interna e outra internacional. A interna diz respeito à enorme urbanização das massas populacionais; um movimento pouco espontâneo, pois é baseado em políticas estratégicas do Estado, buscando a mudança da base demográfica do país com vistas a uma sociedade de nova qualidade, baseada no conhecimento e no atendimento a metas de bem-estar, muito distantes do imaginário e da experiência histórica da enorme sociedade chinesa. A externa diz respeito aos efeitos da entrada plena da China no sistema internacional. Não somente isto exige novos padrões na organização econômica e financeira chinesa, como também diz respeito ao comportamento de grande atores econômicos diante da China, seu mercado, suas reservas internacionais e seus projetos hegemônicos.

A adaptação é mútua e necessária. Em si mesma, a integração da China ao mercado internacional é o grande desafio do século 21 à sociedade mundial. A concomitância da crise financeira internacional, desde 2008 a partir da quebra de bancos norte-americanos, com os problemas financeiros chineses tem gerado muitos desequilíbrios. A arquitetura financeira chinesa tenta se adequar aos padrões vigentes na ordem mundial; o que é um grande desafio a uma economia até agora dominada por empresas estatais e ao controle “político” de preços e outras determinações básicas na economia. Como é portadora de enormes reservas internacionais, sendo muito forte como portadora em especial de títulos do Tesouro Norte-Americano, a China necessita ter sua moeda nacional (*renminbi*) com ampla convertibilidade internacional, o que ainda não ocorre.

A posse de altas reservas de títulos e moedas norte-americanas, faz da China um ator com alto potencial para afetar o equilíbrio financeiro internacional, especialmente diante da permanente desvalorização da moeda dos Estados Unidos, como integrante de uma estratégia político-econômica visando incentivar as exportações e diminuir as importações. Esta situação tem levado a China, e outros países emergentes ainda que não do porte dela, à diversificação das reservas. O que gera tensões, tanto financeiras, quanto geopolíticas; estas baseadas na contínua expansão militar da China e dos Estados Unidos.

No caso chinês, as reformas financeiras para caracterizar realmente sua economia como *Economia de Mercado*, é condição necessária para liberar sua conta de capital e chegar à convertibilidade de sua moeda.

A busca de metas globais, impostas pelos consenso arduamente construídos nas últimas décadas, são basicamente: (1)- estabilidade macroeconômica; (2)- integração financeira; (3)- redução da pobreza; (4)- segurança climática e ambiental, bem como (5)- segurança política e militar, regional e internacional.

Ora, este é o quadro que caracteriza as relações entre Estados no cenário internacional. Examinando o caso da China, por exemplo, vemos os requerimentos para a integração internacional. Não se trata de políticas declaratórias, mas sim



de uma ampla e complexa estratégia que passa pelo reconhecimento das moedas nacionais e da plena aceitação de regras que estão baseadas na mútua dependência. Este é o cenário que veio para ficar.

Essas novas bases e condições têm de ser atendidas para justificar e viabilizar uma política de participação na emergente Nova Ordem Mundial. Não bastam políticas pontuais, como as praticadas usualmente por todos os governos brasileiros. Uma bela pauta para encaminhamento e debates entre empresas, trabalhadores e Estados.

*colaborador do IAE da UGT